

Demonstração do Fluxo de Caixa – Análise do Desempenho em Empresas de Telecomunicações de Capital Aberto, Durante a Pandemia Covid-19

Aluno (a): Bruna Borges Vieira
Orientador (a) no TCC I: Prof. Me. Marco André Pegorini
Orientador (a) no TCC II: Prof. Me. Tarcísio Neves da Fontoura
Semestre: 2020-4

Resumo

Diante diversos estudos que apresentam indicadores contábeis como forma de avaliar o desempenho das empresas. O presente estudo aborda a importância da Demonstração de Fluxo de Caixa para a organização, pois além de ser uma ferramenta para a análise do planejamento financeiro, a DFC serve também como instrumento para avaliação da liquidez da organização, podendo ser utilizada por usuários externos, como bancos, credores, investidores, entre outros, que possuam a necessidade de conhecer a capacidade e garantia de pagamento das dívidas nas datas de vencimento. O objetivo geral do estudo está em analisar o desempenho das empresas de telecomunicações por meio da DFC e seus indicadores. Para isso, o estudo quanto aos objetivos é por meio de uma pesquisa qualitativa e também quantitativa, utilizando as estatísticas comparativas da mediana. A princípio, a pesquisa apresenta o conceito e os objetivos das demonstrações contábeis com ênfase maior na demonstração de fluxo de caixa – objeto da pesquisa – e seus componentes da atividade operacional, de investimento e financiamento. Aborda os métodos de elaboração da demonstração do fluxo de caixa e demonstra a viabilidade da análise financeira com base na DFC. Foram calculadas e interpretadas as atividades das demonstrações e o saldo final do caixa e equivalentes para melhor visualização de qual empresa de telecomunicação teve seu melhor desempenho em meio a pandemia Covid-19. Consequentemente, a pesquisa consegue evidenciar, pelo conjunto das informações abordadas neste estudo, a importância de conhecer e interpretar a Demonstração de Fluxo de Caixa, juntamente com as demais demonstrações financeiras.

Palavras-chave: DFC, Pandemia, Empresas de Telecomunicação, Análise do desempenho.

1 Introdução

A Demonstração de Fluxo de Caixa permite que se verifique, entre outras informações o volume de recursos gerados ou consumidos em três atividades fundamentais das organizações: operacionais, de investimento e de financiamento. Assim pode-se saber efetivamente se em determinado período a organização gerou fluxos positivos de caixa ou não. Este conhecimento permite ao gestor analisar e avaliar a capacidade financeira da empresa, elaborando assim um planejamento financeiro adequado à realidade do momento, para que possa evitar que a empresa fique sem dinheiro disponível em caixa para honrar seus compromissos ou então decidir sobre futuros projetos para a organização.

Entretanto, no final de 2019 começaram, na China, os primeiros casos de Covid-19, que é uma infecção respiratória aguda causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Com a contaminação das pessoas mundo a fora, logo a doença virou uma Pandemia (enfermidade

epidêmica amplamente disseminada), provocando um desaquecimento econômico e a readequação das estratégias organizacionais em todo o globo.

O objetivo de ter escolhido a DFC como demonstração a ser analisada, se dá pelo fato de que a partir dela se conhece o volume de recursos que a organização foi capaz de gerar no período a ser estudado, 2019 e 2020. Identifica-se também através da DFC quais as atividades que mais contribuíram para a ampliação dos valores em caixa e as que consumiram mais. Neste sentido, estudar e conhecer melhor os efeitos, neste período da pandemia, no desempenho da capacidade de geração e consumo de recursos financeiros nas organizações se faz importante.

A questão norteadora para a presente pesquisa será: Qual o desempenho da geração de caixa em empresas de telecomunicações de capital aberto, nos anos de 2019 e 2020, a partir da análise da DFC?

Outros aspectos importantes são a identificação das principais fontes de geração de caixa bem como o apontamento das principais alterações ocorridas no período. Diante a pandemia que enfrentamos desde março de 2020, as empresas tiveram novas adequações e requalificar os trabalhadores. Nesse sentido é importante conhecer o desempenho do caixa das empresas através da análise do fluxo de caixa das mesmas. Dizer que a pandemia mudou a forma como trabalhamos já não é mais novidade. Com a necessidade de mudança urgente, executivos de diferentes setores já traçam planos de continuar investindo em tecnologia, mesmo após o fim da pandemia. Em um mundo no qual já se discute o aumento das ações trabalhistas por causa do home office, parece até difícil lembrar do tempo em que fazia parte da rotina ir até o escritório todos os dias.

O setor de telecomunicações teve sua normalidade invertida desde a chegada da pandemia, com o uso das redes de telecomunicações e das ferramentas digitais facilitou a continuação de um nível básico de atividade econômica em muitos países, apesar dos bloqueios e medidas restritivas que podem ter sido implementadas. No entanto, neste período a humanidade tem um novo conjunto de ferramentas que podem ser utilizadas para lidar com a ameaça de pandemia. Entre estas ferramentas estão as redes de telecomunicações, que em vários aspectos, ajudam a moldar a estrutura social atual.

As telecomunicações globais e as redes de TIC abrangem trilhões de dólares em infraestrutura; bilhões de dispositivos digitais pessoais e corporativos; e um vasto estoque de capital humano em habilidades digitais, conhecimento e práticas de trabalho. Com efeito, as circunstâncias alteradas no mundo pela COVID-19 significam que qualquer nível de serviços de telecomunicações agora cria o que os economistas chamam de mais “utilidade” para a sociedade. Em suma, as telecomunicações agora oferecem maiores benefícios de bem-estar social do que antes.

2 Referencial Teórico

2.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Conforme a Lei 11.638/07, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) tornou-se obrigatório para as companhias de capital aberto ou empresas com o patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que foi instituída em 28 de dezembro de 2007, que alterou alguns conceitos da lei 6404/76 ou lei das sociedades anônimas, ao que em seu artigo 176º retrata que no fim de cada exercício social, a empresa será obrigada a elaborar algumas demonstrações financeiras e com a alteração da lei 11.638/07 foi instituído no inciso IV do mesmo artigo sobre a obrigatoriedade do uso da DFC, que antigamente era conhecida como DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos).

A DFC fornece um resumo das mutações de caixa com relação a três importantes áreas da empresa sendo: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de

financiamentos, permitindo ao empresário ver as alterações das disponibilidades do período, quais contas foram responsáveis por esta alteração e qual foi o resultado obtido com cada atividade deste fluxo. Pode-se fazer de 2 formas o DFC, o método direto e o método indireto, o mais utilizado pelas empresas é método indireto, método esse que parte do resultado econômico da empresa e após os devidos ajustes chega-se ao fluxo gerado pelo caixa. No método direto você parte-se de cada pagamento ou recebimento gerado pelo caixa e assim chega-se ao fluxo gerado, mas quando opta-se por esse método o seu controle deverá ser muito mais complexo, pois, caso alguém não indique corretamente o seguimento de determinado pagamento ou recebimento o fluxo de caixa não bate.

Figura 1: Método Direto da DFC

Fluxos de Caixa	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
(+) Recebimentos de Clientes e outros	
(-) Pagamentos a Fornecedores e Empregados	
(-) Recolhimentos ao Governo (impostos)	
(-) Pagamentos a Credores Diversos (juros)	
(=) Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	
(+) Recebimento pela Venda de Imobilizado	
(+) Recebimento de Dividendos	
(+) Recebimento de Juros	
(-) Aquisição de Ativo Permanente	
(=) Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimentos	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	
(+) Recebimentos Novos Empréstimos à Longo Prazo	
(-) Amortização de Empréstimos	
(+) Emissão de Debêntures	
(+) Integralização de Capital	
(-) Pagamento de Dividendos	
(=) Caixa líquido consumido pelas Atividades de Financiamento	
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	
Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa - no início do período	
Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa - no final do período	

Fonte: Adaptado do CPC 03.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) enquanto instrumento de gestão financeira assume papel fundamental por demonstrar as transações que alteraram o caixa da empresa em determinado período. Desse modo, essa demonstração contábil fornece informações imprescindíveis para o gestor na tomada de decisão frente a acirrada competitividade empresarial que se tornou mais intensificada com a globalização. Diante disso, este trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) como instrumento de gestão financeira na tomada de decisão no tocante as atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Tem como finalidade apresentar as movimentações de um determinado período que alteram o saldo da conta caixa e banco conta movimento, que juntas essas representam o numerário em espécie em poder da empresa, respectivamente, bem como o movimento dos equivalentes de caixa.

Figura 2: Método Indireto da DFC

Fluxos de Caixa	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
(+) Lucro Líquido antes de IR e CSLL	
(-) Aumento de Estoques	
(+) Depreciação	
(+) Perda Cambial	
(-) Aumento de Clientes	
(+) Pagamento a Funcionários	
(+) Contas a Pagar	
(+) Pagamentos de Impostos e Tributos	
(+) Pagamento de Juros	
(+) Aumentos de Fornecedores	
(= Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	
(+) Recebimento pela Venda de Imobilizado	
(+) Recebimento de Dividendos	
(+) Recebimento de Juros	
(-) Aquisição de Ativo Permanente	
(= Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimentos	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	
(+) Recebimentos Novos Empréstimos à Longo Prazo	
(-) Amortização de Empréstimos	
(+) Emissão de Debêntures	
(+) Integralização de Capital	
(-) Pagamento de Dividendos	
(= Caixa líquido consumido pelas Atividades de Financiamento	
Aumento/Diminuição nas Disponibilidades	
Disponibilidades - no início do período	
Disponibilidades - no final do período	

Fonte: Adaptado do CPC 03.

De modo semelhante a definição de DFC apresentada por Santos (2018), como sendo “um demonstrativo financeiro responsável por apresentar o saldo contábil da conta caixa e das equivalentes de caixa em um determinado período, de modo que sejam detalhados os recebimentos e pagamentos que provocaram variação no saldo dessas contas”. Dessa forma, seu uso auxilia os usuários das informações contábeis a verificar a capacidade da empresa de produzir caixa e seus equivalentes, cumprir seus compromissos e distribuir dividendos entre outros aspectos. Analisar essas atividades apresentadas na DFC possibilita ao gestor verificar a saúde financeira da empresa e identificar a melhor maneira de potencialização dos resultados, isto é, avaliar o desempenho e as necessidades de fluxos de caixa da empresa.

De acordo com Fonseca (2015), “desde os anos 1950 há estudos e trabalhos acadêmicos com assuntos relacionados à DFC, sendo que esses surgiram devido à necessidade de informações sobre as movimentações financeiras das empresas que fossem além das fornecidas pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e pelo Balanço Patrimonial”. Um estudo de grande relevância divulgado em 1961 pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) serviu para publicação de uma demonstração denominada de Mapa de Origens e Aplicação de Fundos (MOAF), que tinha como objetivo apresentar informações que não podiam ser facilmente coletadas com as outras demonstrações, e assim auxiliar na análise dos resultados financeiros das empresas. Assim, ambos corroboram a

importância dos Estados Unidos da América nas pesquisas que anos depois deram origem à DFC. Dessa maneira, Braga e Marques (2016) destacam que:

em novembro de 1987, o Financial Accounting Standard Board (FASB), entidade responsável por estabelecer normas e procedimentos de contabilidade naquele país, emitiu a Norma n. 95 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – que passou a exigir das empresas americanas a elaboração e divulgação da DFC.

Mais adiante o International Accounting Standard Committee (IASC), entidade responsável por editar normas e procedimentos para uniformizar os padrões internacionais de contabilidade, estabeleceu por meio do International Accounting Standard n. 7 (IAS 7) o modelo padrão de DFC a ser seguido pelos países que elaboram e publicam suas demonstrações contábeis de acordo com essa organização internacional.

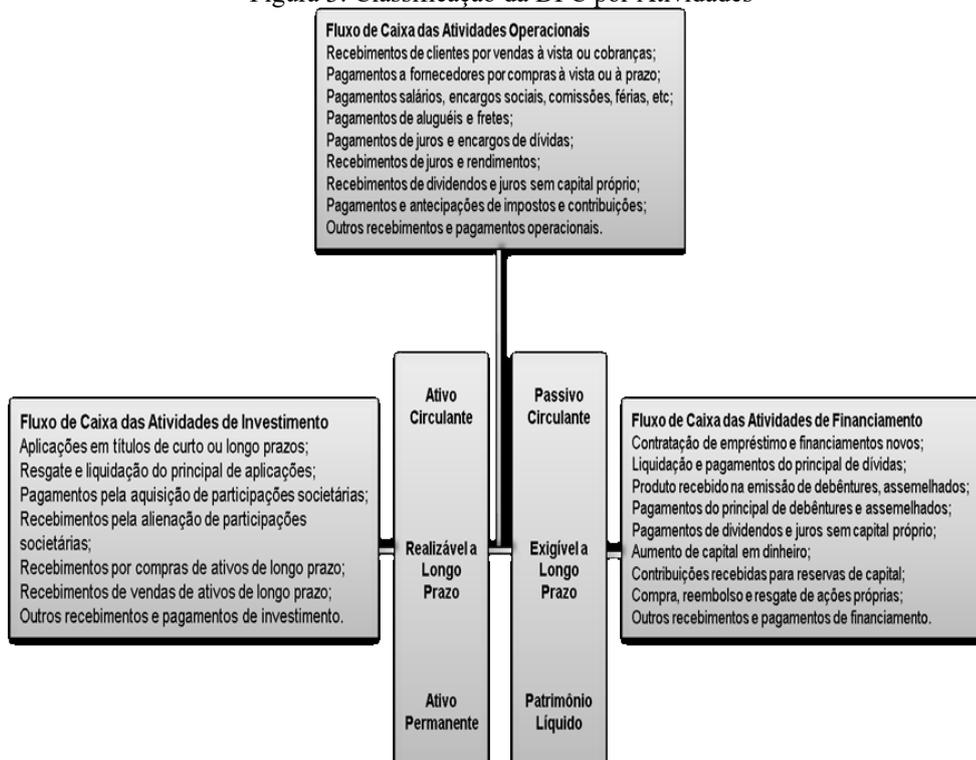
No Brasil, a DFC passou a ser exigida como demonstração financeira obrigatória para as sociedades por ações, em substituição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), com a publicação da Lei n. 11.638/2007. Além disso, por força da Lei n. 11.638/2007, art. 3º, as sociedades de grande porte, mesmo que não sejam organizadas sob a forma de sociedades por ações, deverão atender as disposições da Lei das S.A. para fins de escrituração e elaboração das demonstrações financeiras, sendo que dentre elas está a DFC. O parágrafo único do art. 3º, da Lei 11.638/2007, conceitua como de grande porte “a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ”.

Com isso, embora não haja previsão em lei sobre a obrigatoriedade da elaboração e publicação da DFC para as demais empresas, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC T 19.41 aprovada em 10 de dezembro de 2010, posteriormente tendo sido revisada e passando a ser denominada de NBC TG 1.000 (R1), publicada no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2016, com efeitos desde 1º de janeiro de 2017, inclui a DFC no conjunto das demonstrações contábeis para as pequenas e médias empresas e além disso, o CFC por meio da ITG 1000 com efeitos desde 1º de janeiro de 2012, recomenda para as microempresas e empresas de pequeno porte a elaboração do conjunto completo das demonstrações contábeis, sendo que entre elas está a DFC, apesar de não ser obrigatória para essas entidades. Todavia, mesmo antes da publicação da Lei n. 11.638/2007, em alguns casos específicos, a DFC era obrigatória para algumas empresas como, por exemplo, as do setor de energia elétrica por exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e por exigência da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para as participantes do Novo Mercado, que é um segmento de listagem de empresas que, voluntariamente, comprometem-se a adotar um padrão de governança corporativa com práticas adicionais ao exigido pela legislação.

Atividades operacionais referem-se às atividades relativas à operação diária e rotineira da organização em prol de seu negócio principal e decorrentes da produção e entrega de produtos e serviços. Reúne dados da DRE e do Balanço Patrimonial. Nelas, estão o caixa gerado das operações da empresa subtraído das despesas e gastos da produção, comercialização e prestação de serviços. Estas atividades estão ligadas ao capital circulante da empresa. Receitas, custos, despesas, pagamentos à vista, contas a pagar e a receber, pagamento de impostos, salários e fornecedores, entre outros são exemplos de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se às atividades relativas ao uso do dinheiro pela organização para aplicar naquilo que vai gerar benefícios futuros e que tenha por objetivo manter o negócio em funcionamento. São exemplos a compra ou venda de um ativo imobilizado para a empresa, a aquisição de um imóvel, o recebimento de valores ou a aplicação de recursos. Essas atividades estão relacionadas com o realizável a longo prazo, os

investimentos, o imobilizado e o intangível da empresa. E as atividades de financiamento referem-se à captação de recursos, de terceiros ou dos sócios, devido às necessidades da organização ou escassez de dinheiro. Podem ser empréstimos ou financiamentos, aumentos de capital, emissões de ações, entre outros. Além das entradas, existem as saídas com o pagamento dessas dívidas, os dividendos e a distribuição de lucros. Essas atividades estão relacionadas ao passivo não circulante e o patrimônio líquido da empresa.

Figura 3: Classificação da DFC por Atividades



Fonte: Braga e Marques (2001)

2.2 Indicadores para a Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa

A análise das DFC por meio de seus indicadores representa um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa, proporcionando à empresa estratégias de modificações em procedimentos adotados pela empresa e, ainda, tomar decisões condizentes com as demandas mercadológicas (MARION, 2013, p. 103)

Em virtude disso, Braga e Marques (2001) sugerem indicadores de medidas de desempenho obtidas da DFC, divididos em quatro categorias:

- Quociente de cobertura de caixa;
- Quocientes de qualidade do resultado;
- Quociente de dispêndios de capital e
- Retornos do fluxo de caixa.

Figura 4: Medidas de Desempenho da DFC

Cobertura de juros com caixa = FCO antes de juros e impostos/juros	Categoria 1
Cobertura de dívidas com caixa = (FCO – dividendo total)/juros	
Cobertura de dividendos com caixa = FCO/dividendos totais	
Qualidade das vendas = caixa das vendas/vendas	Categoria 2
Qualidade do resultado = FCO/resultado operacional	
Aquisições de capital = (FCO – dividendo total)/caixa pago por investimento de capital	Categoria 3
Investimento/financiamento = fluxo de caixa líquido para investimentos/fluxo de caixa líquido de financiamentos	
Fluxo de caixa por ação = (FCO – dividendos preferenciais) / quantidade de ações ordinárias	Categoria 4
Retorno do caixa sobre os ativos = FCO antes de juros e impostos/ativos totais	
Retorno sobre passivo e patrimônio líquido = FCO/ (patrimônio líquido + exigível a longo prazo)	
Retorno sobre o patrimônio líquido = FCO/patrimônio líquido	

Fonte: Braga e Marque (2001)

2.2.1 Quociente de cobertura de caixa:

No que concerne o primeiro requisito de análise das DFC, dentre dos quatro, o quociente de cobertura objetiva realizar a avaliação da liquidez do empreendimento.

2.2.2 Quocientes de qualidade do resultado:

O quociente de qualidade do resultado é uma modalidade que consiste na qualidade das vendas, por meio da mensuração da proporção das receitas de vendas convertidas em dinheiro (no exercício vigente) pelos recebimentos e cobranças de clientes. (MARION, 2013, p. 102). Uma abordagem simplória para avaliação da qualidade do resultado consiste num índice que compara fluxos de FCO ao resultado operacional, ou seja, o lucro ou prejuízo operacional líquido.

2.2.3 Quocientes de dispêndios de capital:

A terceira categoria (Quadro 03) abrange as medidas de dispêndios de capital, aqueles gastos incorridos, mas registrados como itens do ativo permanente, os quais contribuirão (não no exercício vigente) na formação de resultados em período futuro (MARION, 2013, p. 102)

2.2.4 Retornos do fluxo de caixa:

A última categoria é muito importante para a tomada de decisão, por abranger os indicadores de fluxo de caixa por ação e retorno sobre o investimento.

Quadro 1: Índices Importantes para a Análise da DFC

Cobertura de juros
$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações (b)}}{\text{Juros Pagos no Período}}$
Nesse caso, o Caixa Gerado nas Operações (CGO) seria antes dos Impostos e Juros.

continua...

Capacidade de quitar dívidas

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações após Operações Financeiras}(d)}{\text{Financiamentos Onerosos}}$$

Nesse caso, o Caixa Gerado nas Operações seria depois do pagamento dos Impostos e Juros. Também seriam subtraídos os dividendos pagos no período, pois eles (os dividendos) são obrigações anuais repetitivas.

Taxa de retorno do caixa

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações } (b)}{\text{Ativo}}$$

Nesse caso, o CGO é antes dos Juros e Impostos. Assim: Esse indicador poderia ser calculado sobre o Ativo Operacional e, até mesmo, sobre o Patrimônio Líquido, calculando-se a taxa de retorno do caixa em relação aos recursos investidos pelos proprietários.

Nível de recebimento das vendas

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Vendas}}{\text{Vendas}}$$

Esse indicador é bom quando comparado com anos anteriores e com as concorrentes, avaliando-se política de crédito, cobrança etc.

Capacidade de novos investimentos

$$\frac{\text{Caixa Gerado nas Operações após Operações Financeiras}(d)}{\text{Novos Investimentos no Imobilizado}}$$

Mede a capacidade de gerar recursos, após pagamento dos dividendos, para a continuidade do negócio, financiando com recursos próprios novos imobilizados.

Nesse caso, a empresa poderia adquirir os novos investimentos com recursos gerados no caixa.

Esse índice poderia ser sobre o Ativo Permanente, dando-se maior abrangência.

Fonte: Dados da pesquisa

2.3 Índice Padrão

Os índices padrão são o referencial constituído a partir de um conjunto de empresas que sejam representativas de um determinado setor, porque, somente através de comparações, pode-se afirmar que determinada empresa apresenta situação melhor ou pior em relação às outras. A mediana é o valor que separa a metade maior e a metade menor de uma amostra, uma população ou uma distribuição de probabilidade. Em termos mais simples, mediana pode ser o valor do meio de um conjunto de dados.

Para encontrar a mediana é necessário colocar os valores em ordem crescente ou decrescente. Quando o número de elementos de um conjunto é par, a mediana é encontrada pela média dos dois valores centrais. Assim, esses valores são somados e divididos por dois. Mediana segundo Marion (2017), significa índice do meio, a metade, havendo exatamente 50% de indicadores maiores para cima e 50% de indicadores menores para baixo.

2.4 Pandemia COVID-19

A pandemia de COVID-19 iniciou-se no final de 2019 e início de 2020 e, obviamente, trouxe um impacto extremamente significativo em vários aspectos da vida em sociedade atual. Não obstante seu indiscutível e mais que evidente impacto humanitário, também os efeitos sociais, econômicos, comportamentais são sentidos em todas as nações. As formas como as pessoas se relacionam, trabalham, estudam, consomem atividades de lazer, enfim, os múltiplos aspectos da vida cotidiana atual sofrem drásticas alterações - ao menos até que a pandemia cesse ou reduza de intensidade. As vidas de bilhões de pessoas estão sendo impactadas.

De acordo com as empresas que serão analisadas, as mesmas são empresas de telecomunicações como: Telebrás, Oi S.A, Tim e Telefônica Brasil, sendo um setor de infraestrutura vital para a sociedade e para a atividade econômica, também seriam fortemente impactadas. Neste aspecto, sabendo dos possíveis reflexos da pandemia no setor de Telecom, a Anatel adotou uma variedade de medidas contingenciais nesta pandemia. Entre elas, está a confecção de relatórios de impacto da pandemia de COVID-19 no setor de telecomunicações. A agência apresentou uma primeira edição do relatório em setembro de 2020. Naquela ocasião, foi feita uma análise do impacto do setor de forma mais ampla possível, focando nos pontos mais quantitativos. Analisou-se impacto na evolução mensal de acessos dos serviços, comparando a variação da quantidade mês a mês em relação ao ano anterior; o crescimento trimestral com janela temporal móvel; foi feita análise específica dos serviços com gráficos de evolução por tecnologia, geração tecnológica de telefonia móvel, modo de pagamento e faixa de velocidade de conexão de internet.

2.5 Empresas de Telecomunicações

Os sistemas de telecomunicações operam no contexto de um equilíbrio complexo e em evolução da demanda do usuário, tecnologia em mudança, oportunidades e incentivos, configurações regulatórias e objetivos mais amplos da política governamental. A pandemia COVID-19 criou complicações e desafios para a manutenção de serviços normais de telecomunicações e TIC como: a extrema demanda por serviços das famílias tanto para trabalho quanto para entretenimento; as necessidades dos serviços de saúde e hospitais sob estresse de demanda; novos padrões de demanda; e a operação de bloqueios e barreiras associadas para garantir o distanciamento social e interromper/desacelerar a propagação do Coronavírus para as operações normais, incluindo funcionários de operadoras e contratados. Essas e outras mudanças aumentaram as demandas dos provedores de serviços online e de telecomunicações e, em particular, aumentando o tráfego de dados. As medidas restritivas adotadas em países em função do COVID-19 e a prática de trabalhar e estudar em casa resultaram em um crescimento sem precedentes na Internet global; e em alguns países aumento no tráfego de voz incluindo pico de demanda em um curto período. De modo geral, o setor de telecomunicações experimentou uma série de mudanças bruscas em decorrência da pandemia.

Na terceira fase da reação à pandemia considera-se as respostas do setor de telecomunicações no mundo no período de “saída” da pandemia. Cabe salientar que mudar os padrões temporais de demanda é algo difícil de prever e pode ser bastante fluido à medida que as percepções sobre o imediatismo da ameaça do vírus aumentam ou diminuem. De acordo com as descrições dos especialistas da Anatel o maior impacto no setor, citado de forma

recorrente, foi o súbito aumento da demanda por serviço de banda larga fixa. Tanto em nível residencial, quanto nível empresarial. Adicional ao aumento da banda larga fixa foi destacado o aumento da demanda por tráfego de dados de serviço móvel. Um dos especialistas destacou que, de certa forma, o ecossistema digital brasileiro estava saudável, não houve degradação generalizada dos serviços nas camadas superiores. A resiliência dos serviços de banda larga fixa, nas cidades, se mantém um desafio adicional dado que os consumidores estão mais atentos e intolerantes com falhas/ degradações do serviço.

Neste sentido, como impacto imediato, o grupo de especialistas afirma que a pandemia acelerou, não só no setor de telecomunicações, mas também em todos os demais setores da economia, a transformação digital. De certa forma, houve a caracterização até de uma certa digitalização forçada por parte das pessoas, famílias, instituições e agentes públicos. Logo, a pressão criada nas redes de telecomunicação pela migração de atividades offline para online foi enorme. Dessa forma foi necessário que todos os atores do setor repensassem seus modelos de negócio para postergar lançamentos, realinhar investimentos e simplificar procedimentos. As atividades de teletrabalho (modalidade do chamado home office) e tele ensino (Ensino à Distância – EAD) foram bastante destacadas com adequação à rotina das famílias, empregos, trabalhos, ensino e estudo.

Avanços com aplicativos e ferramentas de serviços de telemedicina auxiliaram substancialmente nos serviços de saúde. Sob o prisma da regulação das telecomunicações, foi necessária uma adoção de entendimento mais ampla por parte de todos os agentes do setor, com um módulo de atuação mais rápida e um amplo acordo tácito entre os agentes (mesmo com setores não regulados) para manter níveis adequados de conectividade diante da repentina pressão sob o setor. Com o intuito de manter todos conectados e ampliar ainda mais a cobertura e acesso às redes.

Ainda nesse contexto a pandemia deixou muitas lições, a mais óbvia foi a de destacar a importância e transversalidade das redes de telecomunicações na vida das pessoas. Foi o entendimento dos entrevistados que se reforçou a necessidade de estabelecer um plano transversal de desenvolvimento econômico no qual as tecnologias digitais tenham um lugar prioritário. Indiscutivelmente, houve uma necessidade de levar em consideração uma curva de aprendizado tanto do consumidor, dos operadores das redes, quanto dos responsáveis pela tomada de decisões de política pública; mas tal processo avançou em ritmo acelerado. Em muitas localidades não foi possível responder rapidamente às necessidades de conectividade de áreas remotas ou de difícil acesso, normalmente aquelas que abrigam as populações mais vulneráveis para enviar ajuda. Cabe também destacar que a pandemia mostrou que para que a infraestrutura de telecomunicações funcione plenamente, ela deve vir acompanhada de políticas públicas que promovam o seu crescimento, que seja intersetorial e orquestrada, embasada em evidências e dados.

O principal fator de impacto na vida profissional e pessoal descrito pelos entrevistados foi, de longe, a adequação do trabalho remoto na rotina pessoal, profissional e familiar. Questões desde o local apropriado para trabalhar, dinâmica de trabalho e estudos, gestão de tempo. Muitas pessoas tiveram que ter a adaptação de processos de trabalho de forma remota. Em relação aos aspectos de rotina diárias, alguns servidores com famílias apontaram a construção de uma dinâmica de atividades dos membros da família como desafiadora, entre elas: cuidar da família e filhos, atividades domésticas, rotina e entregas de trabalho, estudos dos familiares e dos próprios servidores entre outros. Nessas questões de adequação do ambiente familiar para efetivar o trabalho remoto, como ambiente adequado na residência, mobiliário etc. Por outro lado, alguns servidores mencionariam que lidar com isolamento proporcionado pelo trabalho remoto forçado foi uma questão complexa. Questões como a ansiedade, as incertezas sobre o futuro, os receios de contaminação de si ou de familiares sem que houvesse alguém para tratar de eventuais doentes.

3 Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

Em relação aos objetivos, visou-se encontrar o desafio que as empresas tiveram que passar e os que ainda estão enfrentando devido a COVID-19. Segundo Martins e Theóphilo (2016), o objetivo da metodologia é o desenvolvimento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa, sendo assim, o método é o caminho para se chegar ao objetivo da pesquisa e a metodologia trata de como isso pode ser alcançado. O método de pesquisa utilizado tem como base a análise documental, por meio do levantamento e estudo dos balanços patrimoniais disponibilizados na B3, com o objetivo de apresentar as variações que o mercado obteve antes e após a crise existente da Covid-19 no Brasil.

Para Gil (2017), a pesquisa documental tem muitos pontos semelhantes com a pesquisa bibliográfica, afinal, livros, artigos periódicos, podem ser considerados tipos especiais de documentos. Essa pesquisa tem como uma de suas características objetivos descritivos, que conforme Gil (2017), podem ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. A pesquisa documental geralmente é descritiva, porque tem como objetivo buscar uma análise mais clara, precisa e específica. O problema abordado trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual, segundo Martins e Theóphilo (2016), é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

As análises serão através dos balanços patrimoniais e DRE divulgados pela B3, conforme empresas já mencionadas. Será realizado uma análise da DFC das empresas de telecomunicações de capital aberto, a análise será no período pré-pandemia e durante a pandemia (2019 e 2020), realizando assim pesquisas quantitativas e qualitativas. Através dos dados obtidos foram feitas análises comparativas dos caixas e equivalentes e para conseguir a mediana usou-se o método da mediana com base no quartil analisando os saldos finais das empresas.

Os dados foram coletados por meio de relatórios financeiros, envolvendo as demonstrações contábeis e notas explicativas publicadas pelas empresas, consideradas ferramentas essenciais nesta pesquisa. O procedimento técnico ocorreu a partir de coletas de dados em informações bibliográficas restritas a livros, artigos e internet, e desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

4 Resultados da pesquisa

Como muitas empresas passaram e passam por grandes dificuldades devido a COVID-19, por meio deste será analisado quais foram os eventuais acontecimentos na Demonstração de Fluxo de Caixa de empresas de capital aberto. Quais foram e são as maiores dificuldades e qual dos fatores foram os mais prejudicados. Os resultados dessa pesquisa, tem como base, as análises de demonstrações contábeis de empresas de telecomunicações. São considerados os resultados obtidos utilizando análises das atividades das demonstrações efetuando cálculos dos principais índices de resultados, mostrando sua variação com análises gráficas e a informação escrita das análises decorrente dos números apresentados. Com base na mediana, índice padrão utilizado para ranquear as empresas, nota-se que a Telefônica Brasil teve um aumento nas atividades operacionais pois a distribuição dos serviços e o marketing da mesma dispararam com a pandemia, tendo assim um saldo final de caixa e equivalentes bem maior em 2020, que pelos resultados financeiros divulgados entende-se melhor o desempenho pré-pandemia e durante esse período que trouxe grandes mudanças em todos os sentidos.

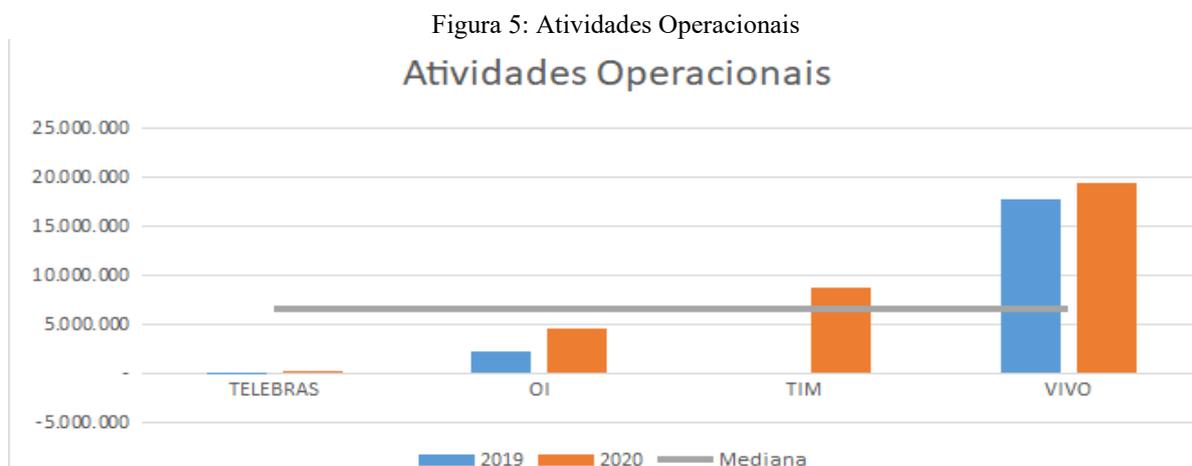
A análise do final dos exercícios de 2020 e 2019 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que nenhuma perda seria reconhecida. A receita reconhecida pela Companhia e suas controladas foi de R\$43.126.472 mil em 31 de dezembro de 2020, decorrente de vários produtos vendidos e serviços de telecomunicações prestados, sendo assim, a empresa registrou alta de 25,5% no lucro líquido no comparativo com o ano anterior (2019).

4.1 Análise das Atividades

No exercício de 2020, a companhia Telebrás realizou, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, do ano de 2019, a reclassificação do valor relativo à amortização do montante principal da dívida com Credores por Acordos Judiciais. Esse valor estava classificado como fluxo de caixa das atividades operacionais e foi transferido para o fluxo de caixa das atividades de financiamentos. A reclassificação tem por objetivo uma melhor apresentação dos fluxos de caixa da Companhia. Já para companhia Oi S.A não teve a recuperação judicial encerrada, então protocolaram, perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores, objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento. Para a companhia Tim os segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo. E para a Telefônica Brasil o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

4.1.1 Análise do Caixa Líquido Atividades Operacionais

As atividades operacionais são as funções de um negócio diretamente relacionado ao fornecimento de seus produtos e/ou serviços ao mercado. Essas são as principais atividades comerciais da empresa: fabricação, distribuição, marketing e venda de um produto ou serviço.



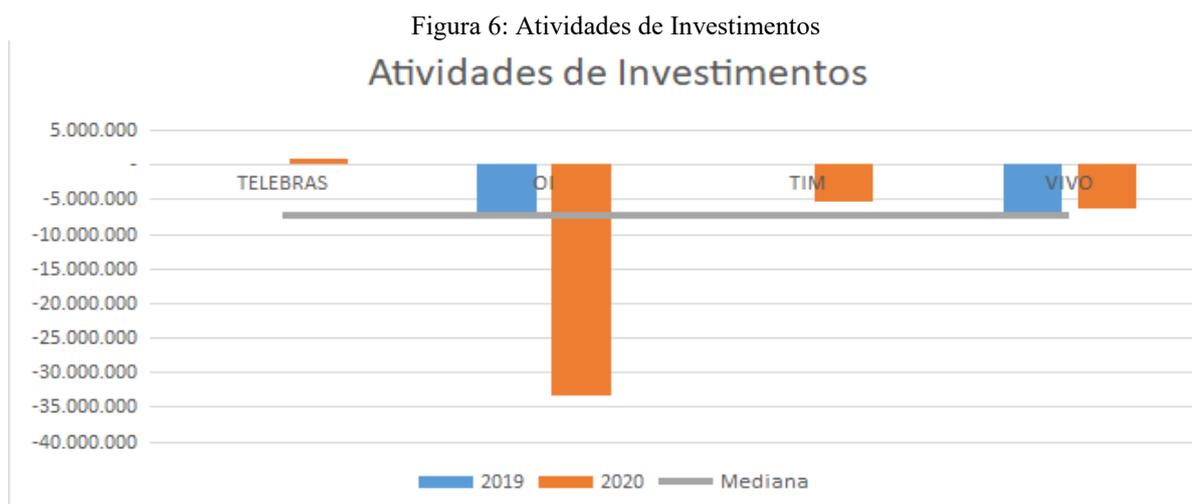
Fonte: Dados da Pesquisa

Nessa análise a Telebrás os custos e despesas operacionais (exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 102,2milhões no ano de 2020, crescimento de 11,3% na

comparação com o ano de 2019. Outra Receita Operacional deduzida de Outras Despesas Operacionais foi positiva no montante de R\$ 80,3 milhões em 2020. No acumulado de 2020 o resultado foi positivo no montante de R\$ 207,5 milhões e em 2019 R\$ 183,9 milhões negativo. O crescimento é justificado pelo aumento da Receita Operacional Líquida (30,6%), pelo recebimento de Subvenções do Orçamento Federal para pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios e pelo aumento dos Custos e Despesas Operacionais em 5,9%, percentual este inferior ao crescimento da receita no período. Para a Oi S.A os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 6.754 milhões em 2020, sendo os principais custos, teve crescimento de 1,5% em comparação com 2019. A Tim teve o fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 4.610 milhões, uma expansão de 48,5% R\$ 1.320 milhões comparado a 2019, desconsiderando os efeitos não recorrentes, os Custos e Despesas Normalizados Totais reduziram 4,0% no ano, totalizando R\$ 8.896 milhões em 2020. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Normalizadas totalizaram R\$ 354 milhões, crescimento de 8,1%. E a companhia Telefônica Brasil, os custos operacionais e as despesas operacionais (excluindo depreciação e amortizações) atingiram R\$ 25.318,1 milhões em 2020, redução de 3,1% comparado com 2019, a redução de custos é explicada pelo intenso processo de digitalização e automação promovido pela companhia. Em 2020, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R\$ 43.126,5 milhões, redução de 2,6% comparado com 2019. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos 2020 e 2019. No final dos exercícios de 2020 e 2019 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

4.1.2 Análise do Caixa Líquido Atividades de Investimentos

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque os fluxos de caixa representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente a recursos destinados a gerar rendimento e fluxos de caixa futuros.



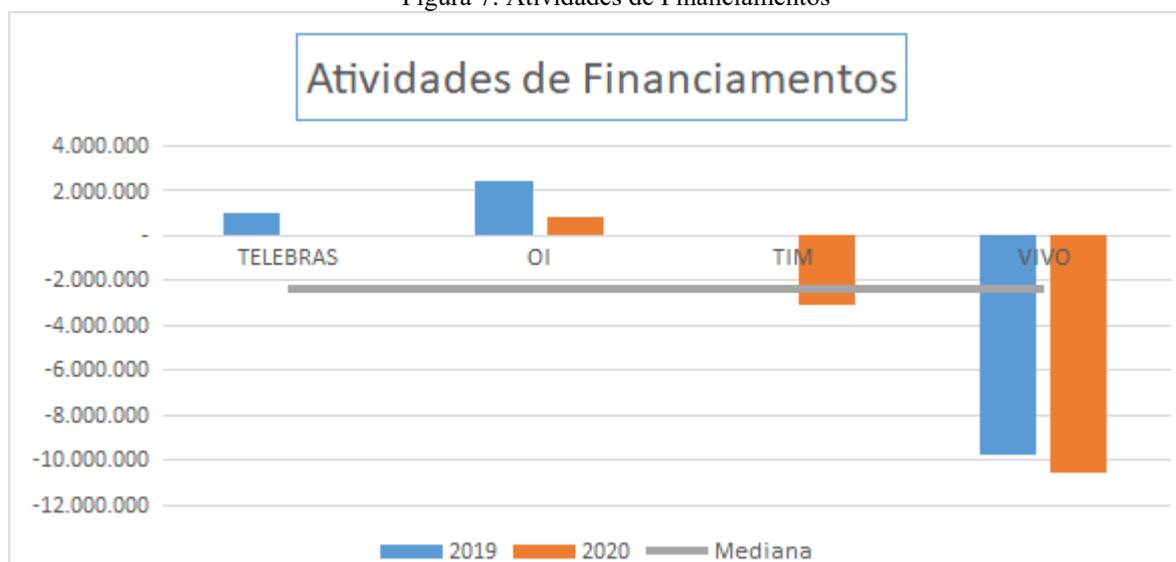
Em 2020, a Telebrás realizou investimentos da ordem de R\$ 61,8 milhões redução de 42,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos realizados pela Oi S.A nas operações brasileiras ao longo de 2020 totalizaram R\$ 7.265 milhões, uma redução de 7% em relação ao ano de 2019. Para a em 2020 foram investidos mais de R\$ 12 milhões em benefício social, os investimentos cresceram 1,0%, totalizando R\$ 3.891 milhões. E a

Telefônica Brasil em 2020, investiu R\$ 7.789,0 milhões, valor 11,9% inferior ao ano anterior, em resposta ao cenário de pandemia, houve um investimento adicional de R\$ 36,6 milhões em doações de insumos, equipamentos hospitalares e respiradores a diversos estados, beneficiando hospitais públicos em todo território nacional, além de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social, totalizando R\$ 96 milhões.

4.1.3 Análise do Caixa Líquido Atividades de Financiamentos

As Atividades de Financiamentos são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto prazo. As saídas correspondem à amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.

Figura 7: Atividades de Financiamentos



Fonte: Dados da Pesquisa

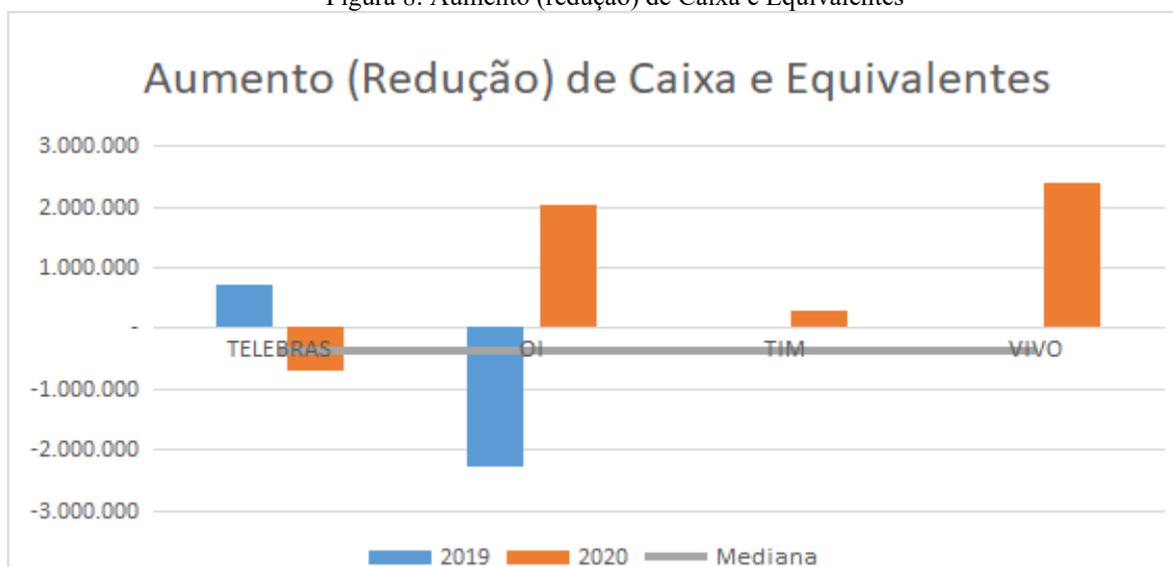
A Telebrás estabeleceu, como garantia do financiamento, bens do ativo imobilizado, cujo valor de liquidação totaliza R\$ 64.246,00, conforme laudo de avaliação e direitos do contrato firmado entre a Telebrás e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV), em 2020, a Telebrás reconheceu no seu resultado o valor relativo à compensação financeira constante do terceiro aditamento ao contrato no valor de R\$ 21,4 milhões, esse valor foi reconhecido no resultado da Telebrás como Despesas Financeiras.. Para a Oi S.A os financiamentos representam cerca de 64,0% em 2020 e 52,3% em 2019 do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas, dessa forma, operou intensamente para a simplificação e a eficiência operacional, a melhoria da qualidade, a redução de custos, a gestão eficiente do caixa e para a busca por alternativas de financiamento para a execução do plano de investimento. Na Tim a média em 2020 é negativa em 0,34% e em 31 de dezembro de 2019 é 9,18%. A posição em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 7.061, ao fim de 2020, o montante de financiamentos totalizou R\$ 2.041 milhões, sendo compostos por contratos com bancos privados estrangeiros e totalmente. A margem para a empresa Telefônica Brasil alcançada em 2020 foi de 41,3%, aumento em relação a 2019.

4.1.4 Análise do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes

A análise do aumento (redução) de caixa e equivalentes se dá pela subtração do saldo final de caixa e equivalentes com o saldo inicial de caixa e equivalentes. A contabilização do

valor de caixa e equivalente de caixa é importante para o negócio, pois facilita as tomadas de decisões econômicas dos empresários.

Figura 8: Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes



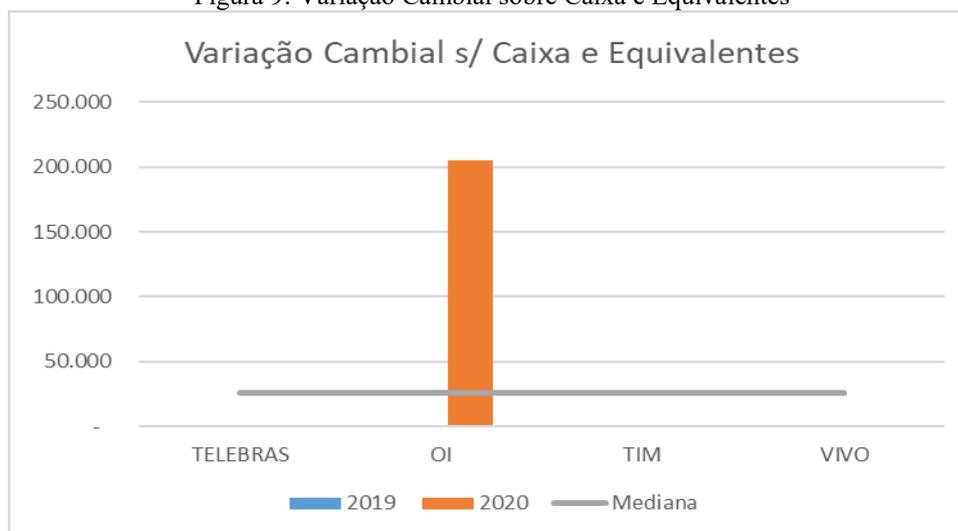
Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que a Telebrás em 2020 foi a única que obteve redução de caixa e equivalentes. A Oi S.A com 44% de aumento com mais investimentos de seus clientes, encerrou o ano com saldo de R\$ 4.554 milhões em relação ao caixa consolidado, um aumento de 98,0% quando comparado ao mesmo período de 2019. Com isso, a dívida líquida totalizou R\$ 21.797 milhões, uma elevação de 36,9% em relação ao registrado em dezembro de 2019. A Tim por sua vez em 2019 não teve aumento e nem redução, mas em 2020 teve 25% de aumento e em 2020, contribuiu também para uma excelente performance nos gastos, a redução no nível de inadimplência (2,3% da Receita Bruta) que refletiu de maneira direta o aumento em relevância que o serviço de telecomunicações ganhou na visão dos clientes. Todas as curvas de arrecadação apresentaram melhora ao longo dos 12 meses fechando o ano acima de 90%. A Telefônica Brasil em disparada teve 2020 como o ano par atingir 65,2% de aumentos, a margem alcançada em 2020 foi de 41,3% de aumento.

4.1.5 Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes

As variações cambiais que surgem da liquidação de itens monetários, ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram inicialmente convertidos durante o período, ou em demonstrações contábeis anteriores, devem ser reconhecidas no resultado do período em que surgirem. Quando o ganho ou a perda sobre itens não monetários for reconhecido diretamente no patrimônio líquido, qualquer variação cambial atribuída àquele item de ganho ou perda deve, também, ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Por outro lado, quando o ganho ou a perda sobre item não monetário for reconhecido no resultado do período, qualquer variação cambial atribuída àquele ganho ou perda deve, também, ser reconhecida no resultado do período. Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. As variações acontecem por meio das alterações que o câmbio sofreu nos últimos tempos, que foi imensamente grande, pois em decorrência da pandemia altos e baixos ocorreram quase que diariamente, mas com possibilidade de reequilíbrio financeiro, por isso a variação nesse período trouxe vários impactos e prejuízos para diversas empresas.

Figura 9: Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes



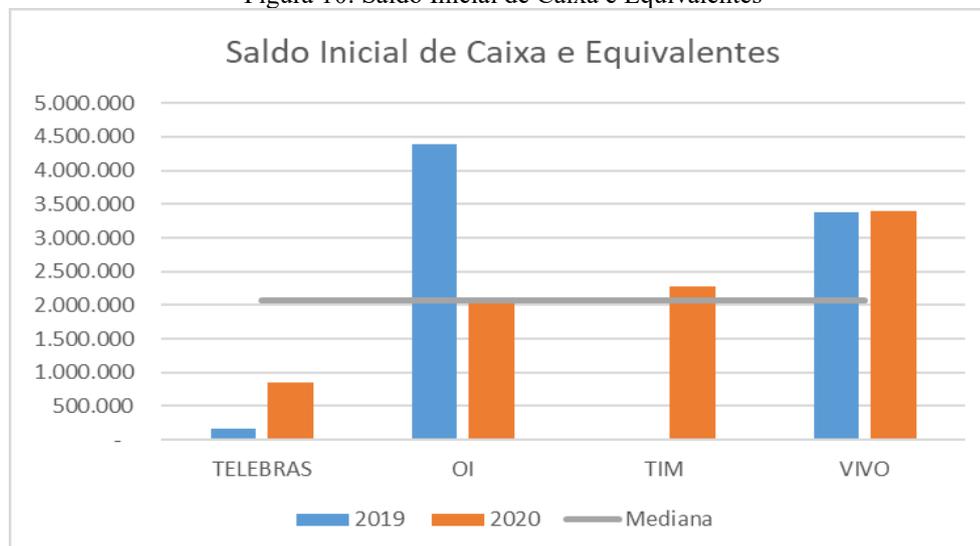
Fonte: Dados da Pesquisa

A única empresa que teve variação cambial sobre caixa e equivalentes foi a Oi S.A, que teve com uma margem de 31,5% de variação cambial que impactou principalmente, pela resultante da desvalorização do Real em 2020, da atualização monetária das provisões para Anatel no ano, conforme determinado na aprovação do aditamento do Plano de Recuperação Judicial, além das atividades usuais. As demais empresas não tiveram variação cambial sobre caixa e equivalentes. As demais empresas não obtiveram o mesmo.

4.1.6 Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa. É utilizado para nomear as contas contábeis que possuem características similares à conta caixa. Ou seja, são contas que oferecem liquidez e disponibilidade dentro do curto prazo, caso a empresa precise de recursos. Uma companhia para manter seu bom funcionamento precisa de recursos.

Figura 10: Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes



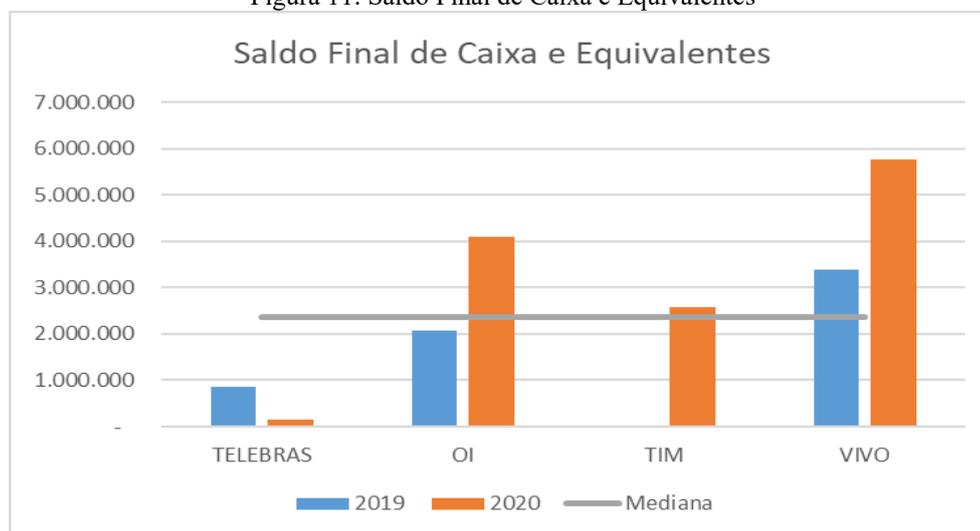
Fonte: Dados da Pesquisa

Visando a pandemia Covid-19 nota-se como a empresa Oi S.A teve um grande queda no saldo inicial, o que influenciou também foi a variação cambial que a mesma obteve. Nas demais empresas tiveram um crescimento do saldo de 32% em 2020, menos a Telefônica Brasil que se manteve. A Telefônica Brasil considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

4.1.7 Saldo Final de Caixa e Equivalentes

Do mesmo modo que o saldo inicial de caixa e equivalentes, são contas que oferecem liquidez e disponibilidade dentro do curto prazo, caso a empresa precise de recursos. Uma companhia para manter seu bom funcionamento precisa de recursos. As transações que não afetam o caixa, segundo Marion (1998), são as compras e as vendas de mercadorias a prazo, a correção monetária do balanço e as depreciações. O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é gerido pela administração da companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores.

Figura 11: Saldo Final de Caixa e Equivalentes



Fonte: Dados da Pesquisa

A Telebrás teve o resultado financeiro negativo no montante de R\$ 5,4 milhões em 2019. No acumulado de 2020, o resultado foi negativo no valor de R\$ 34,5 milhões, apresentando uma redução significativa do resultado negativo de R\$ 80,1 milhões. O prejuízo líquido do exercício ajustado foi de R\$ 101,8 milhões, redução de 76,3% em relação aos de 2019. Em dezembro de 2020, a Telebrás apresentou dívida líquida negativa no valor de R\$ 600,6 milhões, ou seja, o valor das disponibilidades e das aplicações financeiras superaram o valor total da dívida bruta. A Oi S.A. obteve receita líquida consolidada totalizando R\$ 9.284 milhões no ano de 2020 com queda de 11,5% em relação a 2019. O saldo da Tim em 31 de dezembro de 2020 teve o montante de R\$ 43.026, e em 2019 seu saldo era R\$ 0,00. Já a nossa campeã no ranking das empresas citadas, a Telefônica Brasil teve R\$ 4.770,5 milhões em 2020, redução de 4,6% a/a. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2020 foi de 11,1% e 11,3% em 2019.

4.2 Índice Padrão

Para Marion (2012) os índices padrão tem como objetivo servir de comparação para a análise de empresas que atuam no mesmo ramo de atividade.

Quadro 2: Índice Padrão

	EMPRESAS
1	VIVO
2	OI
MEDIANA	
3	TELEBRAS
4	TIM

1º	2º	MEDIANA	3º	4º
Bom	Satisfatório	-	Razoável	Deficiente

Fonte: Dados da pesquisa

Pela análise do desempenho das empresas citadas, foi utilizado a mediana como base o quartil, observa-se que a empresa Telefônica Brasil no período de 2019 já tinha um bom desempenho em suas finanças e com a pandemia alguns dos efeitos negativos foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de banda larga de fibra ótica, pelo aumento do número de clientes. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2020, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, e não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido do ano anterior.

5 Conclusão

Nesta pesquisa, buscou-se conceituar e caracterizar a Demonstração de Fluxo de Caixa e seus indicadores, pois, apesar de ter se tornado obrigatória após a publicação da lei nº 11.638/2007. Apresentou-se, desse modo, as empresas de telecomunicações de maior relevância no mercado brasileiro e seus demonstrativos, disponibilizados pela B3. Pela discussão de alguns dos indicadores extraídos da demonstração de fluxo de caixa, possibilitando visualizar a situação financeira das empresas.

Quanto aos objetivos específicos expostos na dissertação, pode-se observar que foram atingidos, resultando na comprovação de que a DFC é uma ferramenta indispensável, pois demonstra as entradas e saídas de valores no caixa da empresa em um determinado período, podendo assim auxiliar o planejamento e controle financeiro de curto ou longo prazo. Foi possível compreender e entender o desempenho das empresas de telecomunicações capital aberto pela análise de alguns dos índices da DFC. Visualizou-se os impactos que a pandemia Covid-19 influenciou, mas que para o setor de telecomunicações não foi nada negativo, e sim, disparou as vendas de internet fazendo os fluxos de caixa obterem atividades positivas.

Não foi objetivo primordial desta pesquisa aprofundar a análise financeira das quatro empresas de telecomunicações ou compará-las profundamente seus desempenhos, mas apenas expor uma metodologia de cálculo e interpretação de índices extraídos da DFC ainda pouco explorado no Brasil.

No Brasil, desde março de 2020 luta-se contra a pandemia Covid-19. A mesma afetou o país como um todo, mas para as empresas de telecomunicações a situação foi um pouco quanto diferente, pois houve o aumento do uso de internet para os trabalhos e compromissos que passaram a ser de forma EAD, sendo assim, as vendas aumentaram e os lucros das mesmas também.

Portanto, consegue evidenciar, pelo conjunto das informações abordadas neste estudo, a importância de conhecer e interpretar a Demonstração de Fluxo de Caixa, juntamente com

as demais demonstrações financeiras, agregando conhecimentos, que permitam uma visão dos recursos monetários provenientes das atividades da empresa.

O presente trabalho determinou como objetivo geral dessa pesquisa apresentar o quanto impactou nos desempenhos das empresas de telecomunicações, mas como analisado o impacto foi positivo. Inclusive para a empresa que está em recuperação judicial os resultados foram bons. A pesquisa tem como contribuição para fins acadêmicos, científicos, profissionais, para organizações e para sociedade de forma geral e apresenta a importância da análise das demonstrações, tendo como base índices das demonstrações de fluxo de caixa, para que se possa ter mais segurança, menor risco e maior conhecimento sobre a importância da análise de uma DFC. Esta pesquisa serve como alerta à importância do estudo de indicadores financeiros, sendo está uma ferramenta extremamente prática e fácil de ser aplicada por investidores com reduzido saber financeiro.

Utilizando a mediana com base no quartil, índice padrão utilizado para ranquear as empresas, nota-se que a Telefônica Brasil teve um aumento nas atividades operacionais pois a distribuição dos serviços e o marketing da mesma dispararam com a pandemia, tendo assim um saldo final de caixa e equivalentes bem maior em 2020, que pelos resultados financeiros divulgados entende-se melhor o desempenho pré-pandemia e durante esse período que trouxe grandes mudanças em todos os sentidos. Demonstrando assim melhor desempenho de fluxo de caixa no ano de 2020, período de maior pico da pandemia Covid-19, isso se deu pelos crescimentos mencionados no decorrer do trabalho. Análise realizada pelo índice padrão demonstrou que os 25% de todas as atividades da Telefônica Brasil foram os melhores.

Referências

B3. A Bolsa do Brasil. Disponível em: <www.b3.com.br> Acesso em: 08 set. 2021.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRAGA, R.; MARQUES, J. A. V. C. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. **Revista Contabilidade & Finanças** (2001).

BRAGA, R.; MARQUES, J. A. V. da C. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 14, n. 25, p. 6-23, jan. /abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 set. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 03**. Demonstração dos fluxos de caixa.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em: 28 out. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas 2017.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012b.

_____. **Demonstração dos Fluxos de Caixa e Lucros ou Prejuízos Acumulados**, 22 fev. 2012a. disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xkl171yFyOU>. > Acesso em: 17 ago. 2021.

_____. **Normas e Práticas contábeis:** uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OI S.A. Disponível em: <<https://ri.oi.com.br/>> Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, Cleônimo dos. **Manual de Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa**. São Paulo: IOB Folhamatic EBS – SAGE, 2014.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, E. C. da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** guia de sobrevivência empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TELEBRAS. Disponível em: <https://www.telebras.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Coment%C3%A1rios-de-Desempenho_4T20.pdf > Acesso em: 11 out. 2021.

TELEFÔNICA BRASIL. Disponível em: <<https://ri.telefonica.com.br/>> Acesso em: 11 out. 2021.

TIM. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4c4aa51f-1235-4aa1-8b83-adc92e8dacc3/c9ac8fc6-8213-40fe-848a-be507c96ad73?origin=1>> Acesso em: 11 out. 2021.

TINS, G. A. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.